

Requerente: Hopsfar Indústria e Comércio de Produtos Hospitalares LTDA

Marcelo Reis Perillo

Brandão de Souza Rezende

Moisés Alves de Oliveira Neto

Requerida: Goshme Soluções Para Internet LTDA

SENTENÇA

HOPSFAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, MARCELO REIS PERILLO, BRANDÃO DE SOUZA REZENDE e MOISÉS ALVES DE OLIVEIRA NETO, devidamente qualificados nos autos, ajuizaram **ação de obrigação de fazer com pedido de antecipação de tutela** em face de **GOSHME SOLUÇÕES PARA INTERNET LTDA**, pessoa jurídica de direito privado.

Narra que a Hospfar Indústria e Comércio de Produtos Hospitalares LTDA é uma empresa goiana amplamente conhecida no nicho de mercado em que atua não só pela qualidade dos produtos, mas também pela postura séria e ética adotada na gestão dos negócios.

Ocorre que a imagem da empresa e de seus sócios Marcelo Reis Perillo, Brandão de Souza Rezende e Moisés Alves de Oliveira Neto tem sido denegrida na internet em decorrência da veiculação de notícias que extrapolam o direito de informação e liberdade de expressão.

Alegam que as publicações se deram em diversos meios, inclusive na plataforma eletrônica www.jusbrasil.com.br, administrada pelo requerido, cuja solicitação administrativa não foi atendida, ao contrário de outros provedores que removeram o conteúdo ilícito de forma amigável.

Informam que há fornecedores evitando a formalização de negócios por conta de tais notícias, sem sequer permitir à empresa a demonstração com certidões judiciais atualizadas das inverdades lá propagadas.

Salientam "que a retirada de tais conteúdos não fere a liberdade de expressão, porquanto abusivos por estarem fora dos preceitos constitucionais quanto à livre expressão e informação, ademais não se tem qualquer justificativa sua manutenção, sobretudo quando já passados anos da notícia, não podendo os autores serem eternamente condenados na rede mundial de computadores" (fl. 06).

Em sede de antecipação dos efeitos da tutela, pedem a determinação para que o réu remova de seu site o conteúdo dos links relacionados na exordial, sob pena de multa; que o Google, a Microsoft e o Yahoo sejam intimados para que suprimam os mencionados links dos resultados de suas buscas.

Ao final, pugnam pela confirmação da tutela em relação a remoção dos links por eles indicados, e em relação à determinação para que o requerido se abstenha de fazer novas publicações.

Após discorrerem sobre o melhor direito aplicável à espécie, segundo a sua ótica, requerem, ao final, a procedência do pedido. Com a inicial, os documentos entendidos necessários à sustentação do pedido.

Foi deferido o pedido de antecipação de tutela às fls. 204/205.

Formalmente citado, o requerido apresentou contestação e documentos (fls. 260/299), alegando preliminarmente carência de ação por ser o réu uma mera ferramenta de busca.

Imprimir

Fechar